

Direito Internacional Público

Professor: Joyce Lira

Segurança coletiva e uso da força – Parte V - 77

Resumo

Ataque indireto: Alguns estados alegam ainda como fundamento de uma razão em legítima defesa o ataque indireto praticado por outros Estado, como quando outro organiza, fomenta, treina, financia, fornece armas ou tolera em seu território grupos insurgentes, ou ainda quando infiltra progressivamente agentes no Exército e outro Estado. O direito internacional tampouco reconhece o ataque como legítimo nessas situações, exigindo uma ação via conselho de Segurança.

Por fim, em diferentes ocasiões, alguns estados alegaram legítima defesa frente a um ataque ou ameaça a segurança de seus nacionais em territórios estrangeiro. Trata-se de um instituto utilizado de forma abusiva em diferentes ocasiões e que perdeu legitimidade, em função das ações durante a Guerra Fria.

Requisitos, segunda Varella, para configurar a legítima defesa:

O perigo aos nacionais decorra de ataques terroristas ou do poder de controle das autoridades centrais do Estado; haja tentativas de soluções pacíficas para o conflito, ou então estas sejam manifestamente impossíveis em face das características do conflito;

A força armada ocorra exclusivamente para resgatar os nacionais;

A força seja proporcional ao perigo ou ameaça, e assim que os nacionais sejam resgatados, o uso da força cesse.

Princípio da proporcionalidade ao ataque: não adianta um Estado que não, por exemplo, não possui armas nucleares, ser colocado numa situação de ataque por meio de armas nucleares. Pois ele não terá como responder na mesma medida, e vice-versa. O Estado que está em legítima defesa, que está buscando repelir uma ameaça ou uma violação a um bombardeio ou conflito ou de qualquer natureza, tem guardar proporcionalidade, paridade de armas.

Objeto da legítima defesa: a legítima defesa deve ser voltada para o Estado que promoveu o ataque. Detalhe complicado de identificar no caso concreto.

Legítima defesa coletiva: é quando exista um movimento de outros Estados que desejam proteger o estado eu foi vitimado pela agressão. Importante que esse estado que em tese está sendo protegido, tem que concordar em ser ajudado, para que não se configure uma situação de ingerência externa. Essa ajuda não pode ser feita por grupo opositores de dentro do próprio Estado, nas hipóteses em que esse Estado está sofrendo uma fragmentação política.

Uso da força na segurança coletiva

Conceito: “Segurança coletiva é a ação conjunta da Comunidade Internacional contra um Estado ou um grupo considerado pela maioria dos Estados como culpado por violar a paz internacional. Seu objetivo principal é paz internacional. Foi criada como um instrumento para evitar a escalada de conflitos e a Terceira Guerra Mundial. Atualmente, tem como objetivos principais preservar os direitos humanos e combater o terrorismo.” (Varella)

“A segurança coletiva não consiste em uma coalizão a priori de certos Estados que compartilham uma filosofia comum contra outros, nem em alianças “fluidas” e pragmáticas; é o compromisso assumido pelos Estados de dar apoio a uma decisão coletiva de se opor a qualquer Estado culpado, conforme o julgamento da maioria, por uma agressão ou uma ameaça à paz. Por definição, a segurança coletiva é defensiva, diferente das alianças rígidas do fim do século XIX, e a ela se presta uma reação em qualquer direção, nenhum Estado podendo contar com aliados infalíveis para escapar a ameaça da sanção coletiva.” (Varella)